

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO GERAL

N.º 12/2023

Aos vinte e seis dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, na sala de reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém e, em simultâneo, em videoconferência, através da Plataforma Zoom, teve início a reunião do Conselho Geral do IPSantarém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos (OT):

1. Informações;
2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores;
3. Apreciação e aprovação das Propostas do Relatório Anual de Atividades e da Conta Anual Consolidada relativos ao ano de 2022.
4. Outros assuntos.

Estiveram **presentes** os seguintes 12 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. Hermínio Martinho, Presidente do Conselho
2. Nuno Jorge, *online*
3. António Vicente
4. Teresa Coelho, *online*
5. Marília Henriques, *online*
6. Maria Regina Ferreira, Secretária do Conselho
7. João Nascimento, *online*
8. António Morão Lourenço, *online*
9. Paulo Rosa, *online*
10. Leonor Teixeira, *online*
11. Maria do Céu Martins
12. Miguel Castanho, *online*

Estiveram **ausentes** os seguintes 9 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. Cristina Novo, que justificou ausência
2. Pedro Sequeira, que justificou ausência
3. José Carlos Dias
4. Maria Beatriz Claudino
5. Miguel Alexandre Ferreira
6. Maria do Céu Roldão, que justificou ausência
7. Nuno Russo
8. Pedro Ribeiro
9. Vânia Neto

Esteve **presente** o seguinte membro conselheiro, sem direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. João Moutão, Presidente do Instituto

Foram ainda convidados a estarem **presentes**, dado o papel relevante que tiveram na definição do Plano Estratégico 2030 do Instituto, e/ou como membros do Conselho de Gestão:

1. Sónia Seixas, Vice-presidente do Instituto
2. Hélder Pereira, Vice-presidente do Instituto
3. António Marques, Administrador do Instituto
4. Isabel Barroso, Administradora do Instituto
5. Sílvia Matias, Chefe da Divisão de Gestão Financeira do Instituto

Esteve ainda **presente**, para efeitos de apoio administrativo à elaboração da ata, a secretária da Presidência, Manuela Rosário.

Depois de verificado o quórum, o Presidente do Conselho deu início à reunião, apresentando a Ordem de Trabalhos.

1. Informações

O Presidente do Instituto informou os membros do Conselho que foram abertos todos os concursos de acesso: CNA, Concurso Nacional de Acesso e TeSP, nomeadamente. Os resultados estarão disponíveis no final do mês de agosto, coisa que antigamente acontecia apenas em meados de setembro. A procura pelos cursos do Instituto tem sido boa, semelhante aos anos anteriores.

Informou também que a avaliação institucional está a ser finalizada para envio à A3ES, que posteriormente marcará visitas presenciais.

Informou ainda da reeleição da Diretora da ESSS, que continuará com a mesma equipa.

De seguida o conselheiro Nuno Jorge indagou sobre o ponto de situação da nova versão dos estatutos, votada inclusivamente neste órgão para consulta pública, ao que o Presidente do Instituto respondeu que se estava a rever e a reordenar artigos, e assim que estivesse seriam colocados para consulta pública.

Não havendo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto 2 da OT.

2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores

O Presidente do Conselho começou por recordar que atas estavam por aprovar:

- Ata n.º 2/2023, da reunião do dia 30 de janeiro, ainda secretariada com o apoio da Dra. Feliciano Cardoso.
- Ata n.º 8/2023, da reunião do dia 8 de maio, e que será agora apresentada para votação.
- Ata n.º 10/2023, da reunião do dia 23 de maio, e que será agora apresentada para votação.
- Ata n.º 11/2023, da reunião anterior, do dia 12 de junho, e que será agora apresentada para votação.

Recordou também os motivos que levaram ao atraso na aprovação das atas referidas e colocou cada uma delas à votação. Foram todas aprovadas por unanimidade, pelos conselheiros presentes nesta reunião que também estiveram nas reuniões a que se referem as atas, com as alterações sugeridas pelos conselheiros Marília Henriques, Leonor Teixeira, Nuno Jorge e Teresa Coelho.

Neste momento entrou na reunião, por zoom, o conselheiro Paulo Rosa.

3. Apreciação e aprovação das Propostas do Relatório Anual de Atividades e da Conta Anual Consolidada relativos ao ano de 2022

O Presidente do Conselho passou a palavra ao Presidente do Instituto, para apresentação dos documentos referentes ao Relatório e à Conta Consolidada. Nesta apresentação, salientou os seguintes aspetos:

- Verificação de um aumento do número de estudantes, na ordem dos 200, que totalizou, sensivelmente, e com os estudantes Erasmus, cerca de 4700 estudantes, a frequentar todos os cursos do Instituto – licenciaturas, CTeSP, Mestrados e Pós-graduações.
- Verificação, no CNA, Concurso Nacional de Acesso, da maior percentagem de sempre de ocupação dos cursos do Instituto, no ranking das instituições localizadas em territórios de baixa densidade – 84%.
- Aumento de vagas TeSP ocupadas. Como indicador positivo, 60% dos estudantes deste nível de ensino acabaram os cursos dentro do número de anos dos cursos. Uma percentagem baixa de estudantes, demora mais um ano a concluir, devido aos estágios.
- Aumento do número de docentes em centros de investigação, que, ainda assim, fica aquém das metas pretendidas: os 70%. 21 têm financiamento nacional e 26 têm financiamento internacional.
- Realização, durante o ano, dos concursos de empreendedorismo, nomeadamente as segundas e terceiras edições do Concurso Link Me Up e dos concursos de Co-criação.
- Verificação de apoios, relativos a visitas e bolsas, no âmbito do projeto TransCotec.
- Realização de mobilidades, incluindo Erasmus: recuperou-se o número existente pré-pandemia, com um ligeiro aumento – realizaram-se 214.

Ao nível do investimento salientou:

- A mobilização de verbas relativas ao projeto SAMA, à Responsabilidade Social e às infraestruturas, para assegurar a eficiência energética dos edifícios, nomeadamente dos SC, das residências, onde se inclui a da ESDRM.
- O aumento de bolsas SAS, que implicou maior ocupação das residências e mais refeições e o apoio desportivo aos estudantes através do desporto universitário – FADU – com ganhos evidentes para o Instituto. Estiveram envolvidos nestes campeonatos, cerca de 140 estudantes.

Relativamente às verbas do OE:

- Houve necessidade de retirar verbas das receitas próprias para financiar a edição dos TeSP deste ano letivo, dado que a CCDR não a financiou. Este financiamento passará para a esfera da DGES, cujas verbas se prevê possam disponibilizar-se para o ano letivo 2023-2024.
- Do lado da despesa, verificou-se um aumento com o pessoal, cujo deficit vem já de 2021. Com o financiamento dos TeSP, a situação ficou ainda mais deficitária. Há a expectativa de ressarcimento de financiamento por via dos projetos; Residência dos estudantes – elevadas faturas do gás.
- O documento teve o parecer favorável do conselho consultivo de gestão.

O Dr. António Marques esclareceu as três bases de reserva mantidas: divergência de amortizações, subsídios à exploração, movimentos negativos por regularizar.

Concluída a apresentação do documento, o Presidente do Conselho passou a palavra aos conselheiros a fim de se pronunciarem.

Os conselheiros teceram as suas considerações e colocaram dúvidas e questões ao Presidente do Instituto, que respondeu aos mesmos a fim de que, esclarecidos, pudessem votar o documento.

As dúvidas e pedidos de esclarecimento foram os seguintes:

- Conselheiro Paulo Rosa:
Indagou sobre o valor real da verba transitada para 2023. O Presidente e o Administrador reportaram para os valores constantes da Tabela 24 e explicaram como se chegou aos mesmos. Voltaram a referir que houve necessidade de usar verbas do Instituto para o funcionamento dos TeSP, dado que as verbas próprias do financiamento destes cursos, provenientes de fundos regionais, geralmente só são pagas 2 anos depois do início do seu funcionamento. Referiram também a desvalorização do património. Contabilisticamente, estes desequilíbrios ficarão colmatados com a entrada das verbas em falta. Acrescentar-se-á esta explicação no Relatório.
- Conselheiro António Vicente:
Referiu que o Relatório não reflete o sentido de centralização que a Presidência pretende passar, isto é, o Relatório fala quase exclusivamente dos SC não se vendo refletidos os dados

e as realidades das Escolas, nomeadamente no que se refere à divulgação, aos centros de investigação, às atividades de I&D e de extensão à comunidade às ações de formação.

Referiu a falta de pagamento dos financiamentos TeSP e questionou se os mesmos iriam funcionar sempre com esse deficit temporal, o que seria muito prejudicial pois há escolas que têm muitos TeSP a funcionar, nomeadamente a ESAS.

Indagou sobre os benefícios financeiros provenientes do uso de painéis solares, face ao aumento do preço da eletricidade, que não vê refletidos no Relatório.

Referiu a discrepância notória e o peso do contingente de RH nos SC, em comparação com o das escolas.

O Presidente referiu que o Relatório não é o documento ideal, mas que vai tentando que este seja mais global, refletindo a sintonia entre SC e UO. Gostaria que os novos estatutos abrissem caminho a esta globalidade e sintonia. Referiu que para a elaboração do próximo Relatório haverá mais coordenação com as UO, no sentido da convergência da informação.

Relativamente à atividade de I&D, frisou que não é abundante pois uma grande parte dos docentes do Instituto ainda se encontram afiliados em Centros de Investigação exteriores ao Instituto.

Quanto à divulgação, pela comunidade, das atividades que se realizam nas escolas, certamente são divulgadas, desde que as Escolas delas deem conhecimento aos SC.

No que toca aos RH, disse ser uma questão sensível. O que se pretende é que a centralização seja essencialmente relativa a assuntos que têm de ser estudados e validados nos SC, evitando a entropia do circuito Escolas/SC/Escolas. Deu o exemplo dos Serviços de Gestão Académica.

Relativamente às verbas para financiamento dos TeSP, o CCISP tem tentado que as mesmas sejam contempladas no OE e não advenham de fundos regionais.

Referiu que a poupança em energia elétrica será mais notória no próximo relatório, dado que os painéis solares ainda não estavam instalados em 2022. Deste modo o relatório não pode refletir os ganhos dessa instalação, mas já há dados que comprovam vantagens. E os investimentos em fundos ambientais são para continuar.

Neste ponto o conselheiro Miguel Castanho ausentou-se da reunião.

- Conselheira Leonor Teixeira:

Referiu que o Relatório está bom no seu todo. Continua a não defender a centralização. Pensa que o Instituto pode desenvolver a sua atividade porque tem Escolas. E das Escolas o relatório tem poucos indicadores: estágios, extensão à comunidade, trabalhos de investigação. Estas componentes devem ser mais trabalhadas, para terem mais visibilidade. Para isso, são

necessários recursos humanos presentes nas Escolas. Juntou ao rol de indicadores, a empregabilidade, os projetos e o produto que se obtém da avaliação da qualidade, que se desenvolvem nas Escolas, levam tempo e devem estar contemplados no Relatório.

Por tudo isto e no que toca aos recursos humanos, acrescentou que os poucos existentes nas Escolas acabam desmotivados. E há pessoal muito qualificado nas Escolas. O seu contributo seria crucial a este tipo de trabalho, e evitava o recurso a empresas de consultoria.

– Conselheiro Paulo Rosa:

Pretendeu intervir para finalizar a sua apreciação e deixar um:

- Comentário: a pertinência da apresentação de informação detalhada por Escola.
- Apresentar uma sugestão: fazer corresponder a terminologia de melhoria para facilitar a leitura.
- E deixar uma pergunta: em face das verbas que temos e das suas limitações, o Instituto tem algum problema no seu crescimento?

– O Presidente do Instituto interveio para responder aos dois conselheiros:

Relativamente à centralização, referiu que o Instituto nunca tinha tido uma estrutura de resposta às questões. Para o fazer, tinha de se ir às Escolas. Neste momento e com alguns serviços mais robustos nos SC, a resposta é mais célere, daí a centralização ser necessária e útil.

Relativamente à item extensão à comunidade, a Plataforma Community permite obter dados das nossas relações com o exterior. Neste âmbito e no que toca à empregabilidade, a ponte com o exterior é feita pelo Gabinete próprio que existe nos Serviços Centrais. A este propósito indagou porque razão o CAP, existente na ESES, não presta apoio a todas as Escolas.

Relativamente à desmotivação referida, dos recursos humanos das Escolas, disse que todos têm hipótese de progredir; nos SC, estão os coordenadores dos serviços.

Relativamente à contratação de empresas de consultoria, esta decorre da nomenclatura de alguns projetos que a isso obrigam, estando os termos dessas contratações de acordo com as exigências da Contratação Pública.

Relativamente à linguagem utilizada, procurou-se que essa fosse mais simplificada a fim de tornar a leitura entendível a todos, deixando a linguagem puramente técnica nos documentos específicos de suporte ao Relatório.

Relativamente ao estrangulamento de verbas considerou que não executar não é solução, pois se assim for o Instituto pára. É uma questão de assumir riscos, e geri-los da melhor forma, de modo a prosseguir com a missão.

– Neste ponto o Vice-presidente, Hélder Pereira pediu para intervir. Colocou a tónica da sua intervenção na questão de centralização de serviços, que, na sua perspetiva, tem como

objetivo o bom funcionamento global da instituição. O deslocamento das pessoas não é imperativo; o que será imperativo é a centralização dos processos, numa perspetiva de rentabilização de recursos procurando maior eficiência para a instituição. Referiu como exemplo a central telefónica. Centralizando, não só se responderia com mais celeridade, como os recursos humanos afetos ao telefone nas Escolas ficariam libertos para outras funções. O ideal será conseguir conciliar pessoas, recursos e processos.

Findas as intervenções, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelos Vice-presidentes, os Administradores e a Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

Colocadas à votação, as Propostas do Relatório Anual de Atividades e da Conta Anual Consolidada relativos ao ano de 2022 foram aprovadas por 9 dos membros presentes na reunião (sem o conselheiro Miguel Castanho, que se ausentou durante a reunião). Os conselheiros António Vicente e António Morão Lourenço abstiveram-se.

4. Outros assuntos

Neste ponto abordou-se a questão das ausências dos conselheiros às reuniões do Conselho, questão que tinha surgido em reuniões anteriores. O Presidente do Conselho esclareceu o assunto recorrendo ao artigo 24 do Regimento do Conselho e disse que não há nenhum conselheiro com mais do que 5 ausências injustificadas, à exceção dos estudantes.

O conselheiro Nuno Jorge, que levantou a questão, agradeceu o esclarecimento e referiu que, no seu entender, é importante manter este controlo.

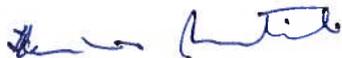
Abordou-se também a questão da consulta pública da versão aprovada dos Estatutos do Instituto, que o Conselho votou favoravelmente, por um período alargado, nomeadamente até setembro. O Presidente do Conselho fez o ponto de situação dizendo que a proposta aprovada estava a ser revista, relativamente a pequenas gralhas, e que muito brevemente seria colocada em consulta pública, talvez desde o início de julho até ao final do mês de setembro.

Aprovou-se a ata em minuta, por maioria dos conselheiros presentes na reunião, com referência à listagem do início desta ata, à exceção do conselheiro Miguel Castanho, que já se tinha ausentado.

Dada a hora de *terminus* da reunião, porque estava marcada na calendarização das reuniões do Conselho uma reunião para o dia 24 de julho, mas não se justificando, ficou definida a data seguinte da referida calendarização para a próxima reunião, isto é, a 18 de agosto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 20 horas, da qual se aprovou a ata em minuta e se lavrou a presente Ata que, vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pela secretária, Regina Ferreira

O Presidente do Conselho



Hermínio Martinho

A Secretária do Conselho



Maria Regina Ferreira

